

Mailson desmente possibilidade de adoção de um novo "choque"

por Cynthia Malta
de São Paulo

"E lamentável que essas especulações saiam vez por outra", disse o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, a respeito da notícia, veiculada ontem, de que o governo estaria planejando aplicar um novo choque na economia.

Nóbrega, que esteve ontem em São Paulo participando do encerramento do Simpósio Internacional das Relações Nipo-Brasileiras, explicou que a ida de um grupo de técnicos do seu ministério e da Secretaria do Planejamento a Israel tem "o objetivo exclusivo de estudar a experiência orçamentária deles". Segundo o ministro, interessa ao Brasil conhecer as "experiências vitoriosas daquele país no processo orçamentário com índices inflacionários elevados".

Acrescentou que a via-



Mailson Ferreira da Nóbrega

gem programada para o México, que será feita por um funcionário do Banco Central (BC) e outro do Ministério da Fazenda, ambos da área internacional, "não tem nada a ver com a experiência mexicana de

combate à inflação". Esclareceu que o motivo da visita é estudar de que maneira o governo mexicano está usando o desconto de títulos de sua dívida externa, no mercado secundário, como instrumento de redução do estoque de sua dívida.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, considera "antipatriótico falar em novo choque agora". Amato, que também participou do último dia do simpósio, acredita que não há razão para se aplicar um novo congelamento de preços, pois "a economia vai indo bem. O comércio está-se recuperando e a inflação está até diminuindo".

Para o ex-presidente do BC e professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP), Afonso Celso Pastore, também presente ao encerramento

do simpósio, "choque não é substituto de política monetária". Em sua opinião, a aplicação de um congelamento de preços e salários "tem de ser precedida de um ajuste na política fiscal e seguida de uma política monetária sólida".

Pastore frisou, ainda, que, durante a implementação de nova política fiscal, o objetivo principal deve ser a eliminação do déficit público. Lembrou que "não há exemplos de sucessos conhecidos, como México e Israel", que tivessem lançado mão de choques sem fazer ajustes em suas políticas fiscal e monetária, também.

"Mais fundamental hoje é o corte no déficit público", acredita Pastore. Segundo ele, a meta anunciada pelo governo, de reduzir o déficit público para 4% do Produto Interno Bruto (PIB), "ainda é muito pouco".